



UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR (USF) SANTIAGO, A FUNCIONAR NO CENTRO DE SAÚDE ARNALDO SAMPAIO, EM MARRAZES. FOI HÁ DOIS ANOS, TANTOS QUANTOS TEM A USF SANTIAGO, QUE TROCOU AS CONSULTAS DO SEU CENTRO DE SAÚDE PELAS DO NOVO SERVIÇO, QUE HOJE COMPARA A UMA CLÍNICA PRIVADA, EM LEIRIA (Foto Paulo Cunha/Lusa)

Sistema de Unidades de Saúde Familiar já abrange dois milhões de portugueses

Perto de dois milhões de portugueses são abrangidos pelas 160 Unidades de Saúde Familiar (USF) já existentes, que envolvem mais de 3.000 profissionais. A maioria destas unidades esteve presente no

seu primeiro Encontro Nacional, que decorreu em Aveiro.

O objectivo do encontro era "partilhar experiências, promover as boas práticas e, em conjunto, conciliar e superar

obstáculos". Bernardo Vilas Boas, da Comissão Instaladora da Associação Nacional de USF (USF-NA), reconheceu a existência de obstáculos, que não especificou, mas destacou o

resultado prático desta reforma: mais médicos de família para mais portugueses.

"Horários de serviço mais alargados e adequados, maior acessibilidade aos cuidados, possibilidade de participação na avaliação dos resultados e garantia aos seus utilizadores inscritos de uma carteira básica de serviços" são algumas das "vantagens que as USF apresentam para o cidadão", segundo Bernardo Vilas Boas.

As 160 USF em funcionamento prestam assistência a dois milhões de utentes. Para estes, trabalham 3.153 profissionais, entre médicos, enfermeiros e secretários de família.

O objectivo das USF é "a melhoria na acessibilidade e qualidade dos cuidados prestados aos cidadãos inscritos, melhoria da satisfação dos utilizadores e profissionais", segundo a USF-NA que naquele encontro apresentou a associação e "reflectiu sobre o papel das USF no actual momento da reforma dos Cuidados de Saúde Primários".

Estiveram naquele encontro cerca de 750 profissionais, oriundos de 120 USF.

Segundo Bernardo Vilas Boas, o objectivo da USF-NA é "constituir-se como associação de referência nacional para os profissionais das Unidades de Saúde Familiar, discutindo e delineando estratégias de intervenção em nome dos seus associados junto dos órgãos políticos, de administração, sociedade e media".

"Promover a formação dos profissionais e das equipas e a qualidade dos cuidados de saúde prestados nas USF" são outros dos objectivos da associação.

As USF foram criadas em 2006. As primeiras a entrar em funcionamento foram a USF Nascente (Centro de Saúde de Rio Tinto, em Gondomar), a USF de Valongo e a USF de São João do Sobrado (Centro de Saúde de Valongo) e a USF de Condeixa (Centro de Saúde de Condeixa).

Segundo a Missão para os Cuidados de Saúde Primários - a principal aposta do actual Governo para a área da saúde - as 160 USF em funcionamento permitiram que 207.838 portugueses que não tinham médico de família passassem a dispor de um clínico.

sionais.

A ministra salientou a importância das unidades de saúde familiares (USF) para beneficiar mais portugueses com médico de família, já que essa reorganização permite um melhor equilíbrio dos recursos humanos.

"Estamos a ter cada vez mais internos na especialidade de medicina geral e familiar, todos os anos estamos a aumentar o número de formandos e especialistas nesta área, mas também há colegas a chegar ao seu tempo de reforma. A reorganização através das USF permite dar médico de família a mais portugueses que é o que estamos a fazer", afirmou.

Um relatório elaborado pelo grupo consultivo da Reforma dos Cuidados de Saúde Serviço Nacional de Saúde

Gestão de agrupamentos visa melhorar os cuidados de saúde

A ministra da Saúde disse que os cuidados primários passam a ter "novo figurino", com a entrada em funcionamento das unidades de gestão dos agrupamentos de saúde, que visam melhorar os cuidados prestados.

"Não se trata de acabar com os centros de saúde, mas de um novo figurino para prestar cuidados ainda melhores. A entrada em vigor, dia 1 de Março, das novas unidades de gestão, enquadra-se na reconfiguração dos cuidados de saúde primários e vai permitir gerir os centros de saúde, as USF, as unidades de saúde pública e as unidades de cuidados de maternidade", disse. Ana Jorge falava aos jornalistas à margem do I Encontro Nacional das Unidades de Saúde Familiar, que reúne em Aveiro centenas de profes-

Endesa volta ao mercado liberalizado de electricidade em Portugal

A Endesa vai voltar ao mercado liberalizado de electricidade em Portugal, pretendendo conquistar 3.000 clientes até 2010, o que corresponde a uma quota de mercado de 10 por cento, afirmou o director-geral da Endesa Energia, Javier Uriarte.

O objectivo da Endesa Energia, nesta primeira fase, é conquistar grandes clientes tendo desde Janeiro conseguido 150 clientes, num total de 300 a 400 postos de consumo, acrescentou, num encontro com jornalistas onde estiveram também presentes

o presidente da Endesa Portugal, Nuno Ribeiro da Silva, e o director de Comercialização Portugal, Francisco Rueda.

A Endesa abandonou o mercado livre em Portugal em 2007 devido ao quadro regulatório que considerava desfavorável e decidiu agora voltar, depois da entidade reguladora para os serviços energéticos (ERSE) ter definido as tarifas para 2009, que a empresa considera atractivas.

"A partir de Dezembro de 2008 estabeleceram-se tarifas que corrigem a componente energia, de forma que o mercado liberalizado voltou a ser atractivo, sobretudo no segmento de média tensão", afirmou Javier Uriarte.

A Endesa chegou a ter oito por cento da quota total do mercado de electricidade português e 54 por cento do mercado liberalizado, vendendo três terawatts/hora (TWh).

O Século de Joanesburgo
Jornal em língua portuguesa
de maior divulgação na África Austral

PORTUGAL

Estudo defende que comunicação social regional, em Portugal e na Europa, discrimina imigrantes do Brasil

A investigadora brasileira Maira Ribeiro defendeu, num estudo realizado na Universidade do Minho, que a comunicação social regional, em Portugal e na Europa, tende a tratar o imigrante brasileiro de uma forma estereotipada, próxima da discriminação.

A investigação, que se baseou no estudo de notícias saídas nos jornais Diário do Minho de Braga e L'Adige de Trento, Itália, diz ter encontrado "uma representação do imigrante brasileiro homogeneizada, em que os indivíduos foram, na sua maioria, tratados enquanto grupo e não como indivíduos singulares".

Maira Ribeiro defendeu recentemente a tese de mestrado na Universidade do Minho, na área das Ciências da Comunicação.

As notícias saídas em 2007, abrangendo 1329 imigrantes - salientou Maira Ribeiro - "trataram a mulher imigrante brasileira como minoria, representando-a de forma negativa e ligada maioritariamente às temáticas da prostituição e criminalidade".

A investigadora acrescenta que "os homens constituíram a grande maioria das presenças e em grande parte directamente ligados a representação enquanto grupo ocupacional, os desportistas".

O objectivo da investigação foi o de "verificar como e quando o imigrante brasileiro foi notícia no jornalismo" na imprensa local durante o ano de 2007, nos dois diários.

Maira Ribeiro concluiu, ainda, que o destaque dado ao imigrante brasileiro em primeira página foi, quase sempre, nas secções de Desporto e de Casos de Polícia.

"Durante a análise dos dados, constatamos que não diferem do que actualmente tem sido debatido no meio científico sobre a representação da imigração brasileira na comunicação social, fazendo com que os jornais locais, mesmo que em escala inferior, mantenham o alinhamento no tipo de tratamento dispensado ao imigrante brasileiro".

Acresce que - acentua a investigadora - "além disso, e a exemplo de outros grupos nacionais, os imigrantes são representados com um estatuto mais baixo, consequentemente, de menor credibilidade para falar de assuntos "sérios" de política, economia ou direito".

"Isto contribui para aumentar o silêncio dos imigrantes na media e na sociedade em geral", assinalou Maira Ribeiro, frisando que "a referencia nominal à nacionalidade, funciona como factor de sepa-

ração dos indivíduos, mesmo sabendo que a tendência dos media é identificar e catalogar".

Defende que se caminha em direcção à integração numa comunidade realmente intercultural, propondo que "se passe a ver os "outros" como pessoas, seres individuais e sem rótulos".

"Que diferença faz se um brasileiro matou a mulher ou quem o fez foi um português ou italiano? É sempre um crime, e sempre condenável como comportamento social. Sendo assim, escrever em primeira página "Brasileiro mata mulher" passa a ser irrelevante enquanto informação jornalística", defende.

Sublinhando que não pretende culpar ou criticar os jornalistas, a investigadora diz ser necessário "eliminar esses comportamentos velados, esses vícios de escrita, muitas vezes enraizados, que passam ao discurso comum".

Reconhece, a propósito, que "a questão do tratamento dos imigrantes na comunicação social pode ser tarefa muito difícil no quotidiano das redacções que se encontram cada vez mais "assustadas" e buscando o "socialmente correcto", muitas vezes sem saber exactamente o que isso significa".

Mulheres do sector corticeiro ganham menos 87,60 euros que os homens

As mulheres do sector corticeiro ganham menos 87,60 euros que os homens com a mesma categoria profissional, embora em 2008 tenham tido um aumento salarial ligeiramente superior ao dos homens para acabar gradualmente com esta diferença, denunciou uma federação sindical.

"Apesar de tudo o que se tem feito contra a discriminação salarial, actualmente, no sector corticeiro, as mulheres ainda têm uma diferença salarial de 87,60 euros relativamente aos homens com a mesma categoria e função", disse Fátima Messias, dirigente da Federação dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro.

Na mesma data em que a União Europeia lançou uma campanha contra as diferenças salariais entre homens e mulheres, no âmbito do Dia Internacional da Mulher, a sindicalista lembrou que ainda não existe igualdade salarial entre homens e mulheres no sector corticeiro, apesar da lei estabelecer o contrário.

"O problema no sector corticeiro ainda não está resolvido apesar de se terem dado passos importantes nos últimos três anos", afirmou Fátima Messias, que também integra a comissão executiva da CGTP.

Em 2006, a diferença salarial neste sector era de 99 euros e, em 2007, passou a ser de 97,66 euros.

Em Junho de 2008, os sindicatos da CGTP e a associação patronal do sector corticeiro estabeleceram um acordo que prevê que, ao longo de 8 anos, homens e mulheres tenham o mesmo aumento absoluto - o que significa que terão um aumento percentual superior - para acabar com a diferença salarial.

Segundo Fátima Messias, o acordo previa também que as cinco categorias profissionais

femininas em que existe discriminação fossem integradas no grupo em que estão as mesmas categorias masculinas mas as empresas não cumpriram esta medida.

As categorias de laminadora, lixadora, prensadora de cortiça natural, traçadora e escolhedora estão integradas no grupo XVI enquanto as mesmas categorias no masculino estão integradas no grupo XIV.

Como o topo de carreira é o grupo I, os homens ganham mais apesar de terem a mesma categoria e função.

Tendo em conta a situação, os sindicatos da CGTP optaram por pedir a mediação do Ministério do Trabalho, que

fez um proposta no sentido das partes reconhecerem que a trabalho igual corresponde salário igual.

"Nós aceitamos a proposta do mediador porque achamos que ela reflecte o que estava estipulado no acordo mas é o Ministério que tem que fazer cumprir a regra da igualdade salarial", disse Fátima Messias.

Salientou que os sindicatos não vão deixar de tentar que "o Ministério do Trabalho tenha uma atitude mais coerente" com o que defende e com o que está na lei.

Fonte da CGTP disse que, em geral, os homens ganham em média mais 23 por cento que as mulheres.

Portugueses acreditam que segurança piorou

Um estudo sobre "Segurança, Protecção de Dados e Privacidade em Portugal" indica que 60,5 por cento dos inquiridos acreditam que a segurança dos cidadãos piorou em 2008 e 27,4 por cento consideram mesmo que piorou bastante.

A 3.ª edição do "Barómetro ADT Fire e Security", que foi divulgada em Lisboa, refere que as expectativas dos portugueses "para os próximos 12 meses não são positivas, com 61,8 por cento dos inquiridos a admitir que a segurança irá piorar".

"Cerca de 44,5 por cento dos inquiridos consideram Portugal um país pouco ou nada seguro", diz o estudo, desenvolvido pela consultora Premi-Valor Consulting para a ADT Fire & Security e que envolveu 860 questionários, no período entre 10 de Novembro e 11 de Dezembro de 2008, em Lisboa, Porto, Faro, Évora, Castelo Branco, Amadora e Loures.

Uma súmula do estudo des-

taca que 35,9 por cento dos entrevistados afirmaram que a via pública (ruas) é o local onde se sentem menos seguros.

Os três locais vistos como menos seguros são a via pública-ruas (80,1 por cento), discotecas e bares (77,5 por cento) e parques de estacionamento (77,5 por cento).

De acordo com o estudo, 78,2 por cento afirmaram sentir maior receio de andar na rua durante a noite.

A investigação revela, também, que o "carjacking" (roubo de viaturas sob ameaça ou violência contra o condutor/proprietário) é uma situação que preocupa 33,3 por cento dos entrevistados, que consideram "elevada ou muito elevada a possibilidade de ser alvo de uma situação deste tipo".

Relativamente à segurança em casa quando comparada com outros locais exteriores a ela, 82,4 por cento dos inquiridos sentem-se mais seguros na sua habitação.